



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL  
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

# **18ª Reunião Ordinária**

## **Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)**

**08 de dezembro de 2008**

**BRASÍLIA-DF  
2008**



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Especial de Políticas de  
Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR

Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR

### ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

Aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e oito, no auditório do térreo do Bloco A da Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR –, sob a presidência da Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) e com a participação dos conselheiros, conforme lista de presença anexa. **Abertura** – A reunião se iniciou às catorze horas. **Palavras iniciais** – A Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) saudou os presentes, dando-lhes as boas-vindas. Saudou o Conselheiro Ualide Rabah (FEPAL), a Conselheira Iêda Leal (CUT) e o Conselheiro Luiz Gonzaga – GG (CMP), que, pela primeira vez, participam de uma reunião do Conselho. Requereu que se consigne em ata as presenças: da Sra. Simone Gomes, que prestará apoio técnico na redação das atas; do Sr. Adailton da Silva, pesquisador do IPEA, presente na reunião na qualidade de observador; e o Sr. Mário Gabriel do Prado, representante da comunidade quilombola de [...]. Parabenizou o Sr. Adailton da Silva por sua participação na publicação que foi distribuída, durante a reunião, aos conselheiros. Solicitou aos presentes que, em conformidade com o Regimento, escolhessem, entre eles, um conselheiro ou uma conselheira para acompanhá-la na condução da reunião. Foi escolhida a Conselheira Egbomy Conceição D'Ogun (INTECAB). **Leitura e aprovação da pauta** – foi lida a pauta do dia, conforme o seguinte: “09/12/2008 – Abertura da Reunião; Leitura e aprovação da pauta; Aprovação da ATA anterior; Informes administrativos; Agenda compartilhada com o FIPIR; II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – II CONAPIR; Sub-Secretaria de Ações Afirmativas – SubAA: Atribuições do FIPIR; Construção de Agenda Compartilhada com o CNPIR; Proposta de Criação de Delegacias Especializadas em Crimes Étnico-Raciais e Intolerâncias; Encaminhamentos Gerais; Encerramento. 10/12/2008 – abertura; Composição das Comissões (cont.): Comissões Permanentes do CNPIR; Comissões da 2ª CONAPIR; As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 Anos Após a Abolição; Projeto de Pesquisa – Terreiros do Brasil; Planejamento para 2009: Definição de temas prioritários; Definição do calendário de reuniões; Informes/ Representações: Encontro de Mulheres – S. Paulo; Seminário Embaixada USA; Seminário Durban; Encontro com os Movimentos Sociais; III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; Estatuto da Igualdade Racial; Encaminhamentos Gerais; Encerramento.” A Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) esclareceu que o ponto “Composição das Comissões” permaneceu na pauta por não ter sido esgotado na última reunião. Informou também que o ponto “Agenda compartilhada com o FIPIR” não será cumprido, em função de uma alteração ocorrida na agenda do FIPIR; mas que, em vez disso, dois representantes do Fórum estarão presentes na reunião do CNPIR para o estabelecimento de um diálogo inicial; e que, tão logo seja possível, será agendada novamente uma reunião compartilhada entre FIPIR e CNPIR. A Conselheira Valkíria Silva – Kika (CONEN) solicitou que se prestasse maior esclarecimento quanto ao que vem a ser o FIPIR. A Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) respondeu: o FIPIR – Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial – é um organismo criado pela SEPPIR para dar capilaridade e potencializar as políticas de promoção da igualdade racial. Estados e municípios a ele aderem através da assinatura de termos de cooperação técnica com a SEPPIR, comprometendo-se a criar, em suas respectivas esferas, organismos destinados a implementar as políticas de promoção da igualdade racial. Tem havido demanda, tanto por parte de representantes do FIPIR quanto por parte dos conselheiros do CNPIR, no sentido de que haja uma aproximação maior entre os dois organismos, tendo em vista que ambos, cada um em sua área de ação, têm por objetivo contribuir com a SEPPIR na

implantação da política. O Conselheiro Edson França (UNEGRO) ressaltou a importância de que o CNPIR também promova a capilaridade do controle social na área da promoção da igualdade racial, nas esferas estadual e municipal, com a criação de conselhos estaduais e municipais, assim como o FIPIR faz na área da gestão. O Conselheiro Genaldo Novaes (INTECAB) destacou a importância de o CNPIR definir com clareza sua própria metodologia, a fim de estabelecer um diálogo profícuo com o FIPIR. A Conselheira Valkíria Silva – Kika (CONEN) propôs que, após a realização da agenda compartilhada, se promova um debate entre os conselheiros do CNPIR, a fim de que os mesmos possam proceder a uma avaliação a respeito do entendimento sobre o que vem a ser o FIPIR e sobre qual o seu impacto sobre as políticas de promoção da igualdade racial. O Assessor Parlamentar Benedito Cintra usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos: o papel do CNPIR não se confunde com o do FIPIR. Enquanto o CNPIR foi criado, dentro da estrutura da SEPPIR, para acompanhar, monitorar e propor soluções quanto às estratégias de implementação das políticas de promoção de igualdade social – desempenhando, de certo modo, uma espécie de controle social –, o FIPIR foi constituído com o intuito de promover a participação dos estados e municípios na implementação da política de promoção da igualdade racial – o que vai de encontro ao princípio da descentralização seguido pela SEPPIR –. Ademais, o FIPIR não é instituição criada por lei ou decreto da administração pública federal. Enquanto o Conselho traça estratégias, o FIPIR cuida de buscar a implementação dessas estratégias. Foi aprovada a pauta da reunião. **Aprovação da ata da reunião anterior** – A Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) informou que o texto da ata da reunião anterior será distribuído aos conselheiros para análise, a fim de que seja aprovado amanhã. **Informes administrativos** – A Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) procedeu aos informes administrativos: Reordenamento do espaço físico nas dependências do CNPIR – Informou que, em virtude do reordenamento do espaço físico nas dependências do Conselho, a presente reunião não conta com a infra-estrutura desejada; as obras, contudo, têm término previsto para a próxima quinta-feira. Bilhetes de viagem – Solicitou aos conselheiros que, após retornarem às suas residências, lembrem-se de remeter à Secretaria Executiva os bilhetes de viagem, os quais instruirão as prestações de contas do Conselho. Ressaltou que tanto o bilhete de ida quanto o de volta devem ser anexados ao processo de prestação de contas, por exigência do Ministério da Justiça. Informou que, em breve, será disponibilizado um relatório de viagem a ser preenchido pelo conselheiro e remetido à Secretaria Executiva, acompanhado dos bilhetes de viagem. Valores das diárias – Informou que, atendendo a solicitação do Conselho, o Sr. Ministro baixou portaria, estabelecendo, tanto para conselheiros quanto para colaboradores, no nível DAS 6, o que, atualmente, corresponde a uma diária de R\$ 187,83. **Extra-pauta: o Quilombo de Caçandoquinha** – A Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) concedeu a palavra ao Sr. Mário Gabriel do Prado (Comunidade Quilombola de Caçandoquinha), que expôs a situação do Quilombo de Caçandoquinha, dizendo o seguinte: preside a Associação dos Remanescentes dos Quilombos de Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade. O grupo que representa se encontra no mesmo território do Quilombo de Caçandoca, território esse que foi desapropriado em 2006, por decreto do Presidente da República. A área é dividida entre duas associações: a daqueles moradores que sempre residiram no local e a daqueles que deixaram a região na década de 1970 e decidiram retornar posteriormente. As quatro áreas – Caçandoquinha, Raposa, Saco das Bananas e Frade – são acessíveis apenas por trilhas, pois as respectivas praias foram tomadas por grileiros, que as lotearam e venderam irregularmente a particulares, “empurrando” os quilombolas para a serra. As terras encontram-se *sub judice*, em um processo discriminatório, na Vara da Justiça Federal de Taubaté. Por conta disso, os grileiros passaram a vendê-las, como terras devolutas, através de “contratos de gaveta”. Ao descobrir que a Praia da Caçandoquinha estaria à venda pelo valor de cinco milhões de reais, a comunidade decidiu tomá-la, pois a mesma é o único acesso dos quilombolas às suas casas. Um mandado de reintegração de posse foi emitido pela justiça local, mas apenas para a sede da fazenda. Contudo, o oficial de justiça a quem competia cumprir o mandado, com o auxílio de força policial, determinou a saída dos quilombolas de toda a área recentemente ocupada. Diante dos fatos, o Sr. Mário solicita ao Conselho que aprove uma moção, pedindo a agilização da ação de desapropriação dessas áreas, ação essa cujo processo se encontra parado desde o ano de 2003. Debate – O Conselheiro Luiz Gonzaga – GG (CMP) propôs que, além da moção, o Conselho enviasse uma comissão a interceder junto ao Presidente da República em favor dos quilombolas. A Conselheira Egbomy Conceição D'Ogun (INTECAB) expressou sua perplexidade com o

fato de haver várias entidades e diversos parlamentares dizendo apoiar a causa dos quilombos e essa demanda estar sendo posta diante do Conselho. A Conselheira Jacinta Maria Santos (APNs Brasil) informou que há, sim, um forte movimento de apoio aos quilombos, que conta com parlamentares e organizações; que, por conta disso, a situação já se encontra quase toda resolvida, no que tange o caso sob debate; que, contudo, o INCRA não tem sido bem sucedido em agilizar a demarcação da área e a entrega dos títulos de propriedade; que, em face de o local constituir área nobre e o INCRA não resolver a questão com a rapidez necessária, a área tem despertado o interesse do mercado imobiliário; que o que se espera pedir ao Presidente da República é que ele interceda em favor dos quilombolas, de modo que o INCRA promova, o mais depressa possível, o fim do impasse. A Conselheira Iêda Leal (CUT) opinou que o Conselho deve promover ações mais concretas do que uma moção. Propôs que o Ministro Edson Santos marque audiência com o Presidente da República para tratar do assunto. O Conselheiro Anderson Pereira (MTE) opinou que a moção deve ser bem fundamentada. Lembrou que, sejam quais forem as atitudes a serem tomadas, elas o devem ser pelas vias oficiais; que, se houve abuso de autoridade por parte do oficial de justiça, esse abuso deve ser apurado e o oficial, punido. Propôs que se faça um pedido de informação ao INCRA através de advogado ou de solicitação do CNPIR ao Ministério da Justiça, a fim de que se possa tomar conhecimento do processo para que a moção seja construída com os fundamentos necessários; e que se comunique o fato à Secretaria de Direitos Humanos. O Sr. Mário Gabriel do Prado (Comunidade Quilombola de Caçandoquinha) declarou que, embora haja muitos parlamentares que dizem atuar junto aos quilombolas, sua ação é meramente demagógica, não se concretizando os resultados. Informou que a ação do oficial de justiça não foi de notificar os quilombolas para que saíssem em prazo determinado; sua ação foi de efeito imediato e extrapolou o explicitado na ordem judicial, já que a citada ordem determinava a reintegração, tão somente, da residência da área e o oficial a estendeu a toda a área. Destacou que, no momento da reintegração, os quilombolas ocupavam uma área pertencente à União e não a particulares. A Conselheira Helena Fortes (MCT) solicitou que o assunto, junto com outros pontos de interesse da SEPPIR e do CNPIR, lhe seja passado por escrito para que possa levá-lo à próxima Conferência Nacional de Direitos Humanos, que ocorrerá no presente mês e na qual é delegada. **Agenda compartilhada com o FIPIR** – A reunião conjunta entre CNPIR e FIPIR, prevista para ocorrer no dia de hoje, foi suspensa, pelos motivos já expostos na presente ata. Em vez disso, a Sra. Maria do Carmo Ferreira da Silva, Coordenadora do FIPIR, se fez presente à reunião do CNPIR. Cumprimentou os presentes, em especial a Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR). Passou a palavra ao Subsecretário Geovanni Harvey (FIPIR), a fim de que ele se pronunciasse. O Subsecretário Geovanni Harvey (FIPIR) saudou os presentes. Disse, em resumo: A I CONAPIR resultou em 1080 resoluções que foram sistematizadas em um Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, o qual contemplava quinze eixos de atuação. Em 2007, ainda na gestão da Ministra Matilde Ribeiro, foi elaborado um planejamento estratégico, que elegeu cinco áreas de atuação prioritária: educação, saúde, justiça, mercado de trabalho e habitação. O Ministro Edson Santos determinou que o PLANAPIR e o planejamento estratégico fossem utilizados como base para as ações da SEPPIR, de modo a dar continuidade ao trabalho da ex-Ministra Matilde Ribeiro. E, dentre as providências adotadas, uma foi retornar o FIPIR para a órbita da Subsecretaria de Políticas de Ação Afirmativa. Dito isso, devolveu a palavra à Sra. Maria do Carmo Silva (FIPIR), que procedeu à apresentação dos quatro consultores regionais do FIPIR presentes à reunião: a Sra. Diva Moreira; o Sr. Paulo Henrique (PNUD); a Sra. Ana Sena; e o Conselheiro Aderval Costa Filho (MDS). Cada um deles saudou os presentes. A Sra. Maria do Carmo Silva (FIPIR) disse, em resumo: espera-se que a atuação dos quatro consultores ajude o FIPIR a se constituir em mais uma força, uma presença mais próxima nas regiões, para que, em parceria com o CNPIR, o FIPIR possa auxiliar na efetivação das políticas de promoção da igualdade racial. O FIPIR se encontra presente, hoje, nas vinte e sete unidades da Federação. O Fórum tem como missão e objetivo principal a implementação de estratégias para incorporação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial nas ações governamentais de estados e municípios. Seus objetivos específicos são: ampliar e construir a forma de capilaridade da política nacional da promoção da igualdade racial; promover o fortalecimento da transversalidade da promoção da igualdade racial nas políticas públicas; promover a troca de experiência e a articulação entre os organismos e identificar experiências comuns; contribuir para o debate sobre a promoção da igualdade étnica e racial na sociedade brasileira; contribuir para o fortalecimento institucional dos órgãos voltados para a execução



de políticas públicas para a população negra, em especial, e demais comunidades tradicionais, como, por exemplo, secretarias, coordenadorias, assessorias, etc., de âmbito municipal e estadual; promover o empoderamento político dos organismos executivos do FIPIR, SEPIR, Presidência da República; dentro das estruturas institucionais existentes. Tem, como eixos prioritários, a ampliação da atuação da rede para outras temáticas, como educação, saúde e segurança pública, onde se trabalha com os conceitos de justiça; e acesso à terra, com foco especial na questão da habitação – onde se insere a questão quilombola –. Até o ano de 2007, o FIPIR contava com 483 adesões, sendo: 13 capitais; 24 estados; e 459 municípios. A meta, para o biênio 2008/2010, é atingir as marcas de 800 municípios com planos de adesão assinados e organismos constituídos; e 27 planos estaduais consolidados. Há, hoje, 4 gestores regionais e 27 gestores estaduais cadastrados. Os gestores regionais são eleitos entre os gestores estaduais. O Plano Nacional já se encontra implantado em 10 municípios, em construção em 7 e consolidados em 4. Dos 7 em construção, 4 se referem a cidades com expressivo número de habitantes. O FIPIR tem atuado estreitamente junto ao FONARE, à Frente Nacional dos Prefeitos e a Associação Nacional dos Municípios, no sentido de ampliar a estrutura administrativa e orçamentária e os recursos de infra-estrutura. Tem trabalhado também na formação de gestores públicos, participado do processo de organização da II CONAPIR, fomentado a elaboração de planos estaduais de promoção da igualdade racial e se empenhado para a realização do VIII Encontro Nacional do FIPIR, previsto para dezembro de 2009. Tem celebrado convênios com municípios integrantes do FIPIR e buscado fortalecer a relação entre o FIPIR e o SASFE – Sistema de Assessoria para Assuntos Federativos da Presidência da República –. E tem trabalhado no sentido de realizar o I Encontro Nacional dos Conselheiros Estaduais da Comunidade Negra, para o que propõe parceria com o CNPIR e a SEPIR. Os planos estaduais, hoje, se encontram assim: Acre – plano estadual lançado e prestação de contas sob análise; Maranhão – plano estadual lançado e prestação de contas sob análise; DF – plano distrital lançado e prestação de contas sob análise; Tocantins – plano estadual em formato de cartilha e prestação de contas sob análise; Santa Catarina – atividades encerradas por mudanças na estrutura da Secretaria e os recursos devolvidos à SEPIR; Goiás – projeto contratado e pago, plano estadual lançado e prestação de contas sob análise; Pernambuco – projeto contratado e pago, plano estadual ainda não apresentado e prestação de contas sob análise; Rio Grande do Norte – projeto contratado e pago, plano estadual lançado e aguardando envio da prestação de contas; Ceará – plano estadual não apresentado e prestação de contas sob análise; Piauí – projeto encaminhado à SUBPLAN, plano estadual não apresentado e prestação de contas sob análise; Mato Grosso do Sul – o projeto não foi contratado porque, à época, o governo do Estado estava inadimplente no SIAFE; Bahia – plano estadual pronto, sendo que a SEPIR não participou financeiramente do projeto. Ainda não apresentaram projetos: Rondônia; Rio Grande do Sul; Amapá; Minas Gerais; Paraíba; Roraima; Alagoas; Espírito Santo; Mato Grosso; Pará; Paraná; Roraima; Sergipe; Amazonas; e São Paulo. O Rio de Janeiro encontra-se em fase de contratação. Quanto ao Dia da Consciência Negra, 300, dos 5.560 municípios decretaram feriado municipal em homenagem a Zumbi, herói dos Palmares e do Brasil, incluindo grandes capitais, como São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus e Cuiabá. Nos estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso, todos os municípios decretaram feriado. Respostas a questionamentos – A Sra. Maria do Carmo Silva (FIPIR) esclareceu que os dados atualizados serão transmitidos aos conselheiros o mais breve possível; que, entretanto, a troca de gestores municipais, consequência das eleições municipais do presente ano, ensejará alguma demora na atualização dos dados. Informou que está sendo enviado um questionário aos estados e municípios, com o fim de avaliar o impacto das políticas de promoção da igualdade racial ao longo dos seis anos de sua implantação; e que o resultado dessa pesquisa deverá ser apresentado na II CONAPIR. Inquirida pela Conselheira Maria Aparecida de Matos (Amazônia Negra), a Sra. Maria do Carmo Silva (FIPIR) esclareceu que o fato de um consultor acumular mais de uma região como sua área de atuação se dá por ausência de recursos suficientes para que cada região tenha um consultor. O Conselheiro Luiz Gonzaga – GG (CMP) opinou que a estratégia adotada pelo FIPIR não produzirá os resultados imaginados. A Sra. Maria do Carmo Silva (FIPIR) respondeu que o FIPIR tem atuado dentro de suas condições, ainda que essas condições estejam longe de ser as desejáveis ou as ideais. Lembrou que, em função do princípio federativo, não compete ao governo federal indicar gestores para as esferas estadual e municipal; e que, por isso, é inviável elaborar uma lista com nomes que deverão ser alterados nas próximas semanas. Agradeceu pela oportunidade. **II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – II CONAPIR – Nova**

data – O Secretário Adjunto Elói Ferreira de Araújo (SEPPIR) informou que houve alteração na data prevista para a Conferência, por questões de logística. A nova data é de 25 a 27 de junho de 2009.

Pronunciamento do Ministro – O Ministro Edson Santos (SEPPIR) se dirigiu aos presentes, dizendo, em resumo: É um prazer estar na reunião. A ação do CNPIR nas questões raciais tem se mostrado cada vez mais relevante e impactante. O Conselho deve buscar ser mais proativo no tratamento dos temas de seu interesse, tomando por exemplo o que já se alcançou, como a aprovação do regime de cotas em universidades, pela Câmara dos Deputados; e refletindo sobre como atingir o que ainda se deseja, como o Estatuto da Igualdade Racial. A II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial foi convocada, pela Presidência da República, para ocorrer entre 25 e 28 de junho de 2009; mas pretende-se que ela ocorra entre 25 e 27, deixando-se o dia 28 como margem para alguma eventualidade. E disse (*verbis*): “A Segunda Conferência será uma oportunidade para fortalecer o diálogo e a cooperação entre órgãos e entidades governamentais e não governamentais de promoção da igualdade racial. No encontro, deverão ser apontados ajustes nas políticas de igualdade ora em curso e fortalecidas as relações com as mesmas das políticas sociais e econômicas em vigor. Durante a II CONAPIR, portanto, o Governo Federal, através da SEPPIR e de outros entes da Administração Pública, fará uma avaliação das diversas ações em andamento e apresentará a sua agenda estratégica para o futuro; e a sociedade civil exercerá o controle social sobre estas políticas. Dessa forma, seremos capazes de firmar metas e compromissos comuns, tornando mais transparentes as relações entre Estado e sociedade e estabelecendo objetivos sintonizados com a realidade do País e do seu povo. Devemos lembrar que a promoção da igualdade racial não está desvinculada de todas as demais ações que hoje competem para o desenvolvimento do País. A ação indutora do Estado é imprescindível e dela depende, em boa parte, a conquista da cidadania plena pelos grupos que vivem em discriminação do ponto de vista racial e étnico. Neste sentido, as ações afirmativas, o PAC e as demais políticas setoriais aplicadas pelo governo devem ser complementares, especialmente em relação às parcelas excluídas da sociedade, para as quais o atual crescimento econômico e as políticas públicas universais são insuficientes para reverter a desigualdade secular que marca a sua história. No que diz respeito à redução das desigualdades entre 2002 e 2007, 9,7 milhões de brasileiros deixaram as classes D e E e passaram a compor a classe C. Houve reajuste real de 32% do Salário Mínimo, aumentou o consumo das famílias e foram criados 10 milhões de postos de trabalho. Atentos aos efeitos da crise econômica internacional, o Governo Federal toma medidas para que as ações de crescimento não sejam comprometidas, mantendo em expansão a rede de proteção social e as recentes conquistas da classe trabalhadora. Os grupos étnicos em posição mais vulnerável, como os negros, os indígenas e os pólos de etnia cigana, no atual contexto de desenvolvimento econômico-social do país, puderam perceber um quadro de melhora em sua qualidade de vida. No entanto, as condições gerais de vida destes segmentos seguem inferiores às dos brancos. O relatório do PNUD desse ano mostra que os não-brancos estão em desvantagem em itens como: renda, educação, saúde, emprego, habitação e segurança pública. Mudar esse quadro é uma missão a ser enfrentada pela sociedade brasileira. E a II CONAPIR será um momento muito importante no cumprimento dessa tarefa. O Brasil é fiador e signatário de todos os tratados internacionais de combate ao racismo. Possui a segunda maior população negra do planeta; e é também uma referência mundial sobre a promoção da igualdade racial. No entanto, nunca, antes, tivemos um ambiente tão favorável quanto o atual para a discussão deste tema, que é tão caro à consolidação de nossa democracia. Nunca houve um período democrático longo e suficiente para permitir a discussão madura, ampliada e participativa sobre igualdade, na qual negros, ciganos, indígenas, judeus e palestinos pudessem contribuir na elaboração de políticas públicas que verssem sobre os seus próprios direitos. Não perderemos essa oportunidade para reforçar nossa democracia e acelerar nossa caminhada rumo à justiça social. A I CONAPIR, realizada em 2005, foi muito importante, porque fortaleceu a política de igualdade racial e potencializou a relação entre o Governo Federal e a sociedade civil. Foi um primeiro momento de diálogo, que enriqueceu as formulações nacionais e o encaminhamento de acordos internacionais, além de ter gerado subsídios para o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PRONAPIR. É com esse acúmulo que teremos a realização da II CONAPIR, desta vez com o tema: “Avanços, desafios e perspectivas da política nacional de promoção da igualdade racial”. A segunda conferência acontecerá no sétimo ano da gestão do Presidente Lula e caracteriza, portanto, um momento de balanço das ações, considerando os seguintes sub-temas: “Análise da realidade brasileira a partir da política nacional de promoção da

igualdade racial"; "Impacto das políticas de igualdade racial a partir da estruturação do FIPIR nos estados e municípios brasileiros"; "Temas prioritários da CEPIR – Terra, educação, trabalho e renda, segurança pública e saúde"; "Compartilhamento nacional com o plano de ação de Durban"; "Participação e controle social compartilhando o poder de decisão". O objetivo geral da II CONAPIR será repactuar os princípios e diretrizes aprovados na Primeira Conferência e avaliar o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, seguindo os seguintes objetivos específicos: 1– Mobilizar setores de governo nas instâncias federal, estadual e municipal, para o desenvolvimento de ações coordenadas que consolidem a implantação do PRONAPIR. Importante salientar que a gente tem observado que tem aumentado, assim, a sensibilidade de governos estaduais e municipais na implantação de órgãos de promoção da igualdade racial em seus territórios. 2 – Estimular a participação da Sociedade Civil na formulação e controle social das políticas de promoção da igualdade racial. 3 – Consolidar as formas de implantação da política nacional de igualdade racial por meio da transversalidade, descentralização e gestão democrática. A elaboração do PNPIR considerou o processo histórico de nossa sociedade, e também o impacto positivo que teve no Brasil a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, as Xenofobias e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban, na África do Sul, em 2001. O Brasil se fez presente nesse processo de maneira efetiva e incrementou políticas públicas no campo da igualdade racial e étnica, comprometendo-se com a declaração e o plano de ação de Durban. Ressalte-se quem, no Brasil, a adoção de políticas públicas de combate ao racismo e pela igualdade racial é resultado de lutas históricas dos movimentos negro e popular, que encontraram correspondência no atual governo. Já existe, portanto, lastro suficiente para o desenvolvimento da política de igualdade racial em todo o País. Isso sinaliza que, com a realização da II CONAPIR, cumprimos mais uma etapa de trabalho, no que diz respeito ao fortalecimento das relações e negociações entre governo e sociedade civil, para sedimentar uma real agenda de promoção da igualdade racial." Colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos e agradeceu a oportunidade. O Conselheiro Edson França (UNEGRO) se declarou preocupado com a alteração da data da Conferência e chamou a atenção para a necessidade de que essa alteração seja convenientemente divulgada entre os interessados, a fim de evitar transtornos. O Ministro Edson Santos (SEPPIR) concordou que a alteração é de preocupar; mas ressaltou que foi imprescindível, em razão da impossibilidade de se encontrar local adequado à realização da Conferência na data pretendida. Declarou estar ciente das implicações que tal modificação trará.

**Subsecretaria de Ações Afirmativas-SubAA** – O Subsecretário Geovanni Harvey (FIPIR) discorreu sobre a estratégia de gestão da Subsecretaria de Ações Afirmativas, dizendo, em resumo, o seguinte: Vive-se hoje um descompasso entre o nível de maturidade da política de populações tradicionais e o nível de maturidade da política de ações afirmativas. A política de populações tradicionais desfruta de um nível de maturidade maior. Historicamente, a Subsecretaria de Populações Tradicionais conseguiu definir com mais nitidez seu foco, seu território e suas prioridades, o que não ocorreu com a Subsecretaria de Ações Afirmativas. A ausência de articulação entre as muitas ações de iniciativa do governo, em suas esferas federal, estadual e municipal, e das diversas entidades preocupadas com o tema resultou em que, muitas vezes, as iniciativas tomadas se perderam por falta de continuidade. A ausência de monitoramento e de mensuração de resultados redundou na não-replicação das tecnologias sociais desenvolvidas. O primeiro desafio, então, foi estabelecer um mínimo de organicidade e de sistematização às iniciativas existentes. A partir do desenvolvimento de uma matriz com políticas, projetos, ações e atividades, constatou-se a existência de um segundo nível de descompasso: em alguns dos eixos temáticos listados, há políticas construídas, mas não há programas delineados; em outros, há programas, mas não, políticas; falta uma política geral que amarre todas as outras; há áreas onde há projetos, mas não há programas ou políticas; em outras, há atividades, mas estas não se relacionam a nenhuma ação em curso, a nenhum programa, a nenhum projeto e a nenhuma política. Um exemplo disso é o fato de a SEPPIR não possuir, até hoje, uma política de habitação para as áreas urbanas – o que não ocorre com as populações tradicionais, que têm sua política de habitação claramente delineada –. Busca-se, hoje, reconhecer e preencher as lacunas existentes, em termos de políticas, programas, projetos e ações. O que se identificou, em linhas gerais, foi que: não há política, programa, projeto ou ação que tenha, como público-alvo, a população adulta, para a população madura ou para a terceira idade. A próxima etapa, que se encontra em evolução, é sistematizar as ações existentes, de modo a se chegar a um plano de trabalho para o ano de 2009, plano esse que se projetará em uma agenda de trabalho



para o ano. Esse plano de trabalho deverá ser encaminhado aos conselheiros para análise na próxima reunião. A idéia é que se possa, a partir desse plano de trabalho, orientar a contratação de convênios, os apoios institucionais e os investimentos da SEPPIR sobre a matriz construída, de modo que a política de ações afirmativas não seja implementada de forma completamente aleatória. É preciso ter em mente, entretanto, que a implementação da agenda de ações afirmativas depende muito mais da capacidade de articulação com outros órgãos da Administração Pública direta, nas três esferas, do que, necessariamente, de recursos alocados diretamente pela SEPPIR. Debate – O Conselheiro Edson França (UNEGRO) propôs que o lançamento do plano aludido pelo Subsecretário Geovanni Harvey (FIPIR) se desse no dia 13 de maio de 2009, data anteriormente prevista para a abertura da II CONAPIR, de modo que a data não passe em branco, o que, a seu ver, minimizaria o potencial constrangimento gerado pelo adiamento da Conferência.

**Encerramento do primeiro dia** – encerrou-se o primeiro dia de reunião às dezoito horas. **Segundo dia.** O segundo dia de reunião se iniciou às nove horas e trinta minutos, com a participação dos conselheiros, conforme lista de presença anexa, e de convidados.

**Abertura** – A Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) deu início à reunião, saudando os presentes e solicitando que fosse designado um conselheiro para acompanhá-la na condução dos trabalhos.

**Composição das comissões** – Possibilidade de uma entidade participar de mais de uma comissão – O Conselheiro Edson França (UNEGRO) encaminhou proposta de que uma entidade possa compor mais de uma comissão, a fim de resolver o impasse gerado pelo fato de algumas comissões não terem sua composição definida, enquanto outras se compõem de grande número de conselheiros.

Possibilidade de participação dos suplentes na composição das comissões – A Conselheira Maria Aparecida de Matos (Amazônia Negra) inquireu se haveria a possibilidade de que os conselheiros suplentes integrassem comissões. A Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) informou que não há impedimento regimental para que isso ocorra. Esclareceu que, caso um suplente integre alguma comissão, suas despesas de viagem para eventuais reuniões da comissão correrão às expensas da SEPPIR. Grafia da composição das comissões – A Conselheira Valkíria Silva – Kika (CONEN) lembrou que ficou definido, na última reunião, que a composição das comissões seria grafada com o nome da entidade antecedendo o nome de seu representante.

Composição das comissões permanentes do CNPIR – A Conselheira Egbomy Conceição D'Ogun (INTECAB) requereu que a INTECAB faça parte da Comissão de Comunicação. O Conselheiro João Carlos Martins (ANCEABRA) colocou à disposição a ANLEABRA para que participe da Comissão de Comunicação. O Conselheiro Edson França (UNEGRO) requereu que a UNEGRO participe da Comissão de Acompanhamento e Articulação de Políticas Públicas. A Conselheira Maria Helena Azumehero (CONAMI) requereu que a titular da CONAMI participe da Comissão de Acompanhamento e Articulação de Políticas Públicas e a suplente da CONAMI participe da Comissão de Articulação do Conselho de Promoção da Igualdade. A Conselheira Jozilene Gois (MC) requereu que a titular do MC participe da Comissão de Normas e a suplente do MC participe da Comissão de Orçamento. O Conselheiro Jhonny de Jesus (CONAQ) requereu que a CONAQ participe da Comissão de Acompanhamento das Cotas nas Políticas Públicas. O Conselheiro Paulo Axé (Amazônia Negra) abriu mão de sua participação na Comissão de Acompanhamento e Articulação de Políticas Públicas em favor da Conselheira Maria Aparecida de Matos (Amazônia Negra). A Conselheira Vera Lúcia Fermiano (AMNB) requereu que a suplente da AMNB participe da Comissão de Orçamento. A Conselheira Ana José Alves (FNMN) requereu que o FNMN participe da Comissão de Informação e Comunicação. O Conselheiro Ualide Rabah (FEPAL) requereu que a FEPAL participe da Comissão de Acompanhamento e Articulação de Políticas Públicas e da Comissão de Acompanhamento de Atos Normativos.

Composição das Comissões da II CONAPIR – *a) representatividade* – A Conselheira Valkíria Silva – Kika (CONEN) propôs a seguinte distribuição entre as vagas destinadas à sociedade civil para a Comissão Organizadora: uma representação indígena; uma representação cigana; uma representação palestina; uma representação judaica; e três representações do movimento negro, que fazem parte do Conselho. O Conselheiro Paulo Axé (Amazônia Negra) propôs que judeus e palestinos tivessem um único representante e o movimento negro detivesse quatro vagas. O Conselheiro Edson França (UNEGRO) apoiou a proposta da Conselheira Valkíria Silva – Kika (CONEN). A Conselheira Egbomy Conceição D'Ogun (INTECAB) declarou não abrir mão de se ter uma vaga destinada às religiões de matriz africana, em face dos incidentes de desrespeito a esse segmento verificados na I CONAPIR. Propôs que a composição seja



de cinco negros, com dois representando as religiões de matrizes africanas e as duas vagas restantes a serem disputadas pelos demais segmentos. A Conselheira Maria Aparecida de Matos (Amazônia Negra) propôs que a composição fosse de: um representante dos indígenas; um, dos ciganos; um dos judeus; um, dos palestinos; um, dos quilombolas; um, dos religiosos de matriz africana; e um, das mulheres. A Conselheira Jacinta Maria Santos (APNs Brasil) apoiou a proposta da Conselheira Egbomy Conceição D'Ogun (INTECAB). *b) Indicações* – O Conselheiro Paulo Axé (Amazônia Negra) indicou a CONIN, a CONAQ e a APNS. A Conselheira Egbomy Conceição D'Ogun (INTECAB) indicou o INTECAB, o CONAQ e o FNMN. O plenário decidiu, por 9 votos a 5, que comporão a Comissão Organizadora: a CONIN, a CONAQ e a APNS. Não foi computada a abstenção. **Extra-pauta: disseminação dos documentos** – O Conselheiro Edson França (UNEGRO) apontou a dificuldade encontrada, pelos suplentes, em manterem-se informados quanto ao andamento das reuniões. A Conselheira Ana José Alves (FNMN) encaminhou proposta de que, além da difusão por meio eletrônico, os documentos sejam remetidos a conselheiros e suplentes por via postal. A Conselheira Vera Lúcia Fermiano (AMNB) encaminhou proposta de que a remessa postal seja feita apenas para conselheiros e suplentes que não disponham de acesso aos meios eletrônicos. Foi aprovada a proposta de que os documentos relativos às reuniões (resumos executivos, atas e documentos para análise prévia) sejam remetidos, pela Secretaria Executiva: por meio eletrônico, àqueles conselheiros, àqueles conselheiras, àqueles suplentes e àqueles suplentes que dispõem de acesso à internet; e por via postal àqueles conselheiros, àqueles conselheiras, àqueles suplentes e àqueles suplentes que não dispõem de acesso à internet. **Extra-pauta: ausência de representantes do governo** – A Conselheira Jacinta Maria Santos (APNs Brasil) manifestou sua indignação pela ausência de representantes dos órgãos governamentais às reuniões do CNPIR. Mencionou o fato de que, na presente reunião, apenas dois representantes governamentais compareceram. A Secretária Executiva Oraida Abreu (SEPPIR) ressaltou que alguns desses conselheiros justificaram suas ausências; outros, se fizeram presentes e se retiraram posteriormente. A Conselheira Vera Lúcia Fermiano (AMNB) salientou ser fundamental a presença desses conselheiros, pois a eles compete retransmitir aos órgãos que representam o posicionamento do Conselho. Frisou a reiterada ausência do Conselheiro Martinho da Vila, que não se fez presente sequer na solenidade de posse. **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 Anos Após a Abolição** – O Dr. Mário Theodoro (IPEA) saudou os presentes e agradeceu pela oportunidade de se dirigir ao Conselho para tratar do tema “As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição”. Disse, em resumo, o seguinte: A igualdade racial é uma área que vem sendo estudada há oito anos pelo IPEA. A partir dos dados levantados, foram feitos estudos, objetivando fornecer subsídios para a definição das ações políticas a serem implementadas e para as tomadas de decisão do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial. O caráter híbrido do IPEA, que, ao mesmo tempo em que é formado por pesquisadores – e, portanto, desenvolve atividades de natureza acadêmica –, produz trabalhos voltados diretamente para a Administração Pública, lhe dá a vantagem de interpretar os dados coletados e emprestar-lhes uma perspectiva voltada para a implementação das políticas públicas. A partir do ano 2000, o IPEA começou a produzir, sistematicamente, dados relacionados com a questão racial. Desse esforço, resultaram várias publicações elaboradas a partir de dados coletados pelo IBGE e trabalhados pelo IPEA. Evidenciou-se uma diferença, nunca antes percebida, entre negros e brancos, no Brasil. De 2000 a 2005, houve vasta produção de informações. Daí em diante, o desafio do IPEA tem sido interpretar e contextualizar essas informações, que foi seguido pelo desafio de interpretar a dificuldade de se transformar em uma área de políticas públicas a questão racial. Mesmo hoje, após a criação da SEPPIR, o enfrentamento da questão se dá de forma bastante tímida, em parte pelo fato de que a maioria dos Ministérios diverge quanto ao posicionamento e à implementação das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial. O livro “As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição” trata da evolução da situação da desigualdade racial nos últimos 120 anos, com especial destaque para os últimos dez anos. O capítulo 1 fala sobre a formação do mercado de trabalho no Brasil, um processo histórico no qual o Estado respondeu inadequadamente à questão da terra e à necessidade de proteção dos escravos recém-libertos. Essas duas questões se agravaram nos períodos subsequentes, o que é mostrado nos capítulos II e III. Os capítulos seguintes tratam dos dados que demonstram que a desigualdade gerada nos primórdios da história brasileira persistem até os dias de hoje e abordam as teorias que nortearam a questão racial a partir dos anos de 1940 até a

atualidade. Por fim, no último capítulo, apontam-se os quatro obstáculos para que a questão racial se torne, de fato, uma questão a ser enfrentada pelas políticas públicas. O primeiro obstáculo é residual: as políticas públicas que, hoje, se direcionam para a questão racial são muito pontuais e reduzidas, do ponto-de-vista do Estado. Não se contrapõem às reais dimensões do problema. O segundo obstáculo é a ausência de uma base conceitual de formulação das políticas raciais: confundem-se problemas raciais com problemas sociais; ora, por ingenuidade; ora, por sagacidade. É o que se verifica na questão das cotas, quando se defende que as cotas têm que ser sociais e não raciais. Essa abordagem se presta bem a enfrentar as desigualdades sociais, mas passa ao largo das questões raciais. Qualquer país que queira ser igualitário precisa enfrentar, além das questões universais, as questões especificamente raciais. A questão social se combate com políticas universais; a racial, com políticas afirmativas. É preciso que professores, médicos e magistrados sejam conscientizados disso. As cotas existem para colorir a elite brasileira e não para resolver questões de pobreza. A pobreza se resolve com políticas universais; a elite brasileira será colorida com política de cotas. O terceiro obstáculo é o fato de o Brasil lutar contra os problemas sociais quando, na verdade, esses problemas são secundários e a verdadeira questão de fundo é a questão racial. O quarto e último obstáculo é o racismo institucional: o Estado brasileiro é racista e, por isso, tem grandes dificuldades em trabalhar com a questão racial. O expositor encerrou sua preleção agradecendo aos presentes a oportunidade.

**Manifestações** – A Conselheira Valkíria Silva – Kika (CONEN) opinou que é difícil conseguir avanços nas questões raciais porque o próprio Estado já foi escravocrata. Relatou a dificuldade encontrada em apresentar questões relativas a mulheres negras na Conferência das Mulheres. O argumento usado para a resistência, disse, foi que as questões ali debatidas eram questões universais, relativas às mulheres como um todo. O Professor Kabengele Munanga (Notório Saber) manifestou a opinião de que, caso a política de cotas seja aprovada no Congresso Nacional da forma que está, com restrição de renda máxima dos beneficiários, será grande o prejuízo para a promoção da igualdade racial. O Conselheiro Edson França (UNEGRO) opinou que a sociedade brasileira ainda não compreendeu que não é preciso ser contra o universalismo para defender as políticas afirmativas; ao contrário, é necessário fortalecer esse universalismo para que as políticas afirmativas produzam bons resultados. Disse que, a seu ver, o Estado brasileiro vem reagindo, ultimamente, ao racismo. Manifestou sua preocupação com a crise econômica internacional, que pode impactar sobre os investimentos para o enfrentamento das questões raciais, provocando seu declínio. O Dr. Mário Theodoro (IPEA) destacou que o problema não é a crise em si, mas a forma como se pretende enfrentá-la. Manifestou sua preocupação com o fato de o elemento “emprego” não ter maior peso nas análises do COMPOM. Opinou que é necessária uma mudança de perspectiva nesse sentido. Concordou com o posicionamento do Professor Kabengele Munanga (Notório Saber), de que a sociedade não quer ver os dados produzidos por ela mesma. Concordou também que a lei de cotas, se aprovada com restrição de renda máxima, consistirá em um retrocesso quanto às conquistas já obtidas junto às universidades. Opinou que o racismo institucional precisa ser combatido mais ferrenhamente, pois as políticas universalistas têm aumentado as desigualdades.

**Inversão de pauta: aprovação da ata da reunião anterior** – Após análise pelos conselheiros, a ata foi aprovada.

**Projeto de Pesquisa: Terreiros do Brasil** – O Subsecretário Alexandre Reis (SUBCOM) fez breve introdução, apresentando os dados estatísticos relativos à atuação da Subsecretaria de Ações Afirmativas nas quatro áreas de atuação (quilombos, terreiros, ciganos e comunidades indígenas), nos quatro eixos estratégicos (acesso à terra, à infra-estrutura e à qualidade de vida; inclusão produtiva; desenvolvimento local; e direitos de cidadania), *in verbis*: “Nos projetos e ações que nós estamos tratando como projetos e ações especiais, é o projeto Eduque, que é uma ação para a alfabetização de Quilombolas dos Estados da Bahia, Maranhão, Pará e Minas Gerais; o Centro de Referência Brasil Quilombola, as ações para as comunidades Quilombolas de Alcântara, Marambaia, Kalunga e das Comunidades de Vaporanduva, no Rio de Janeiro; os projetos Faturpe, que é uma ação do PAC na área do São Francisco, de recuperação de processos erosivos, e o PAC Funasa. Em relação à situação de negociação fundiária e no reconhecimento de certificação de comunidades Quilombolas, em 2008 nós tivemos 78 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. São cerca de 1038 certidões já emitidas, atendendo cerca de 1270 comunidades. Depois o Conselheiro Ualid tem mais informações mas com certeza é dentro desse número. A situação de negociação fundiária é uma situação que é feita pelo INCRA. O que estava estabelecido no plano apresentado da Agenda Social Quilombola é a ação de

produção do relatório técnico. Nós não temos ainda a informação consolidada, mas parece que o INCRA chegou a atingir a sua meta, e tem grandes possibilidades, e que em 2008 nós tenhamos um número de comunidades tituladas no Brasil, da série histórica de 1995, é o terceiro melhor resultado até o momento, de títulos emitidos pelo Governo Federal e pelos estaduais. A FUNASA tinha uma meta de atender cerca de 120 projetos em 2006/2007. Ainda em 2007 faltava executar, desses 120 projetos, 70 projetos que foram apresentados. Eles tinham executado cerca de 10 ou 15 projetos. Faltava ainda analisar um número significativo. Nesse ano, foi possível analisar e aprovar 29 projetos e já tem recursos empenhados na ordem de sete milhões em comunidades Quilombolas, principalmente nos estados da Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro, porque foi concentrado. Mas existem recursos ainda que não foram compilados, no Paraná, no Espírito Santo e em São Paulo, onde tem ação direta da FUNASA sendo executada. Em 2008, nos estabelecemos algumas metas, no método 4-D, de completar esse número de comunidades. Nós tínhamos uma disponibilidade de recursos de cerca de 34 milhões. Nós conseguimos, em articulação com o Governo do Estado da Bahia, com o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e do Amapá, cerca de 68 projetos, a partir dessa articulação. Os estados precisavam dar uma contrapartida. Foi possível apresentar 35 milhões em projetos que agora estão em processo de análise. Esses recursos não são contingenciados. Essas comunidades serão atendidas a partir de 2009. Ação de Infra-estrutura e Qualidade de Vida. São os programas do Ministério da Saúde. O Programa Saúde da Família e o Programa Saúde Bucal. O último dado, que está faltando consolidar o final de 2008, mas até abril de 2008, o Ministério da Saúde já havia disponibilizado cerca de 134 milhões de reais para equipes de Saúde Bucal e de Saúde da Família em áreas Quilombolas e de assentados. Essa ação está consolidada. Nós nos entendemos com o Ministério da Saúde que não havia a possibilidade de fazer o recorte étnico-racial só de Quilombos, por conta de que essa é uma ação que as prefeituras que encaminham os projetos, e sempre a realidade é a seguinte. A ter uma comunidade Quilombola, é preciso ter uma comunidade de assentados que eles entendem como grupos específicos e do foco de sua ação. O Programa Luz para Todos, em 2008, atingiu a marca de 19.821 comunidades atendidas. A meta é de 36.000. Só em 2008, foram investidos, para as comunidades Quilombolas, 24 milhões de reais. A nossa meta de 2009 é atender mais de 1.500 processos abertos. Há projetos em andamento. A nossa idéia é ampliar esse número de projetos e atingir a meta. Em alguns estados, o Ministério das Minas e Energia já atendeu os objetivos, como é o caso de Pernambuco. Não sabemos se existem novas demandas; mas as apresentadas já foram atendidas pelo Programa Luz para Todos. O Projeto de Alfabetização de Quilombolas é um projeto que tem recursos do MEC, da Petrobrás, da Eletronorte e da SEPPIR. São cerca de 4,3 milhões de reais para atender a comunidades Quilombolas. Esse projeto vem sendo articulado desde 2006. Agora, nós conseguimos que a Petrobrás e o MEC pudessem assinar. Esses recursos já estão sendo transferidos no sentido de atender a 12.000 Quilombolas na Bahia, Minas Gerais, Maranhão e Pará. A idéia é iniciar esse trabalho em fevereiro de 2009. A Merenda Escolar também é uma ação específica para os Quilombos. Cada município que tem comunidades Quilombolas, apresentam essa demanda e solicitam, o Governo Federal, por meio de MEC, disponibiliza 50% a mais para poder atender os Quilombolas. Nós fizemos um levantamento de sete estados que apresentaram e atenderam a 34 municípios. São cerca de R\$ 1.355.000,00 já atendidos, até outubro. A idéia é ampliar esse número de comunidades a serem atendidas. Isso, efetivamente, precisa de sensibilização maior dos gestores, para apresentar na sua ação. É uma ação obrigatória do MEC. Basta que o município apresente a solicitação de merenda escolar. Isso é importante informar, porque é necessário ter o controle social dessa ação. Aqui são as ações de construção de escolas. É a maior dificuldade realizar essa ação, considerando que também depende da demanda do município, que tem que entrar com a contrapartida do terreno ou de técnicos para elaborar o projeto. Hoje, o MEC tem 11 municípios que conseguiram apresentar projetos, para contemplar 23 comunidades Quilombolas e, a partir do projeto da consultoria da SEPPIR, é colaborar com o MEC e com alguns municípios do Territórios da Cidadania, que é o nosso programa-foco para atender os Quilombolas, ampliar esse número. A maior dificuldade do MEC é receber esses projetos. Em alguns municípios, nós estamos estabelecendo reuniões, trazendo para Brasília para dialogar e para fazer com que os projetos aconteçam. É o caso de Alcântara. Nós conseguimos convocar a prefeita de Alcântara, tanto a atual quanto a que está assumindo, para apresentar um plano de ação. A prefeitura apresentou o PAE, o Programa de Articulação da Educação, dentro do PDE, mas não apresentou ação para Quilombos.



Então, é necessário sensibilizar o prefeito, a prefeita, para estabelecer a ação. Aqui é o projeto da CODEVASF com a SEPPIR e com o Ministério da Integração Nacional. Esse é um projeto importante dentro do PAC, de recuperação do Rio São Francisco, e de cerca de 70 comunidades que estavam para ser atendidas. Ao par do projeto executivo, nós já recebemos, feito pela FADUPE, uma fundação ligada à Universidade Federal de Pernambuco, que já apresentou o projeto, que está em análise e adequação na SEPPIR e na CODEVASF. Para esse projeto, a previsão para ele ficar pronto, tanto das ações que serão realizadas nos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, terão investimento, até 2011 de cerca de 15 milhões de reais. A FADUPE já apresentou o projeto executivo, que está em análise, e o projeto da FUB ainda não apresentou o produto, e nós estamos retomando com o Ministério do Interior uma outra elaboração uma outra instituição para elaborar o projeto executivo para a recuperação ambiental da área de comunidades Quilombolas da área dos estados da Bahia e Minas Gerais. A ponte Vaporanduva, o Governo Federal havia conseguido aprovar no Congresso Nacional um recurso de R\$ 3.700.000,00 em 2005 mas, por conta dos estudos de impacto ambiental e de articulação com o Governo do Estado de São Paulo, esse projeto teve um atraso significativo. Em 2008, nós conseguimos dialogar com o Governo do Estado. Ele apresentou e liberou a licença ambiental da construção da ponte. Isso já foi possível. Nós conseguimos recursos novos, porque eram só R\$ 3.700.000,00 e agora foi feito um destaque de R\$ 5.600.000,00 para a construção da ponte, bem como do acesso à ponte, que não estava previsto no projeto original. Agora, nós estamos em processo de negociação com o Governo no Estado, na parte que é Quilombola, mas que tem que fazer o acesso para chegar até a ponte, e que o Governo do Estado de São Paulo reivindica como área de sua competência e como área de terra devoluta, mas nesse espaço há um posseiro que reivindica a área como sua. Existe uma situação de conflito entre o Governo do Estado e um posseiro. O Governo Federal está estudando a possibilidade de diálogo com o Governo do Estado para resolver isso e encaminhar a construção da ponte. Mas esse diálogo da construção da ponte sobre o rio já está iniciado. O Exército já está com uma equipe em Vaporanduva. Já tiraram as medidas e já está sendo instalado o canteiro de obras. A previsão é para junho de 2009. Marambaia, que também era uma situação importante para a nossa atuação, porque as lideranças das comunidades de Marambaia tiveram uma reunião com o Ministro e com o procurador federal do Rio de Janeiro para tratar dessa questão, e também com outras lideranças, com a presença do INCRA e da AGU. Eram três as reivindicações principais. Uma era a ação de garantir energia elétrica para a comunidade. A outra é a tomada das reuniões da comissão de conciliação na AGU. A outra é uma política de ação social para a geração de emprego e renda na comunidade. Para as duas outras ações, nós estamos dependendo ainda de uma articulação maior de mais efetivo debate com o Ministério da Defesa. Para a ação local a Secretaria Especial de Pesca já disponibilizou recurso. Está analisando também alguns projetos que foram apresentados para aquela área. Na ação do Luz Para Todos, o Ministério da Defesa autorizou que o programa seja implantado na comunidade. Havia, esse ano, uma dificuldade por conta da construção do canal para levar a energia, mas isso também já foi resolvido, e haverá o início das obras em 2009. O Rui está trazendo a informação de que haverá na semana que vem uma reunião de conciliação. Em Alcântara, saiu o resultado. É um trabalho importante do INCRA feito, e também essa ação de articulação com o Governo Federal para a criação de Alcântara. Primeiro, a distribuição de cestas básicas, que é o que nós vamos debater aqui agora. Essa está sendo feita, e foi o atendimento de 2008. Estes são os projetos apoiados pela SEPPIR esse ano. O Encontro Nacional da Família da Gomeia, a Marcha pela Liberdade Religiosa do Rio de Janeiro, a Celebração do Senhor de Umbanda no Rio de Janeiro e a Marcha Contra a Intolerância Religiosa na Bahia. Aqui entra um pouco de articulação política, que nós estamos fazendo para as ações em comunidades de terreiros. A gestão anterior da Subcomissão estava estruturando um projeto chamado Terreiros do Brasil. Esse projeto tinha por objetivo garantir a salvaguarda dos terreiros tombados pelo IPHAN. Esses são seis no Brasil. Cinco na Bahia e um no Maranhão. Essa era a ação efetiva. Esses terreiros são tombados mas não tinha a política de salvaguarda. O nosso trabalho foi o seguinte: a partir dessa ação, estabelecer uma outra ação articulada, pautada no Dec. 7040, a partir das ações que são desenvolvidas pela Fundação Cultural Palmares, pelo MDS, pela Secretaria Especial de Direitos Humanos e pela SEPPIR. Você tem uma ação mais articulada para atender o maior número de terreiros, considerando o debate que a SEPPIR fez em quatro regiões do País em 2007. Esse debate apresentou uma pauta de reivindicações das comunidades. Dessas reivindicações a principal que a gente precisava atender era saber quais são



as comunidades de terreiro, onde estão, o que de fato precisam, qual é a situação sócio-econômica dessas comunidades, e daí se estabelecer uma decisão para a atuação. A SEPPIR já tinha, junto com a Fundação Cultural Palmares, a Universidade Federal da Bahia começado a realizar um trabalho desses, de mapeamento dos terreiros. Em Salvador, cerca de 1300 terreiros foram mapeados. A nossa idéia era de constituir esse grupo. Então, foi constituído um grupo interministerial envolvendo os Ministérios acima apontados e mais as organizações da Sociedade Civil que participavam do grupo que auxiliava a APP/2004 nessa discussão para a comunidade de terreiro considerando que, naquele período, não havia ainda no Governo, um programa com recursos, nem uma sustentabilidade jurídica. Mesmo na Constituição Federal, nos Art. 215 e 216, garantindo a preservação do patrimônio cultural afro-brasileiro, isso não dava espaço suficiente para estabelecer uma política. A ação era essa. Construir esse grupo que pudesse discutir, aproveitar essas experiências, e estabelecer um laço de articulação. Com esse grupo no Governo Federal, nós já tivemos duas reuniões. Dessas reuniões, nós estamos construindo a pauta para travar essa ação. Essa pauta basicamente se estabelece a partir dessa ação primeira, que é o mapeamento dos terreiros. No Distrito Federal e em seus entornos, o IPHAN já iniciou o seu trabalho de mapeamento dos terreiros. No Rio de Janeiro, a partir de uma emenda parlamentar, por conta de uma solicitação de Mãe Beata de Iemanjá e de outros religiosos do candomblé e da umbanda, apresentaram, em articulação com a Universidade Católica do Rio de Janeiro, um projeto de parceria entre os terreiros e a Universidade, considerando que professores da Universidade, alunos e pessoas de nível universitário fazem parte de terreiros, articularam uma ação para as comunidades Quilombolas. Desculpa. São as comunidades de terreiro. Essa ação, para ser efetivada, ganhou resultado a partir de uma emenda de R\$ 300.000,00. Essa emenda será estabelecida uma parceria com a Universidade do Rio de Janeiro para mapear os terreiros a partir da coordenação desse grupo inter-religioso, que envolve 15 pessoas, além da Universidade Federal da Bahia, que fez o primeiro projeto, que tem um resultado mais significativo e também em parceria com outras instituições do Poder Público no estado. Além dessa ação do Rio de Janeiro, nós temos também duas emendas na Bahia. Uma emenda no Baixo Sul e outra emenda no Recôncavo Baiano. Também vamos fazer um bom trabalho de mapeamento, que são as ações mais concretas. Essas três emendas já foram articuladas e analisados os projetos com a SEPPIR, e nós estamos agora em fase de aplicação, de liberação de recursos e de estabelecer a agenda para realizar esse mapeamento a partir da metodologia e da articulação própria do Estado da Bahia e do Rio de Janeiro, a partir dessa participação da Universidade Federal da Bahia bem como do grupo inter-religioso, que vai efetivamente decidir qual é a ação. Além disso, efetivamente, nós queremos realizar o mapeamento de Minas Gerais. É uma reivindicação. Também se começou um trabalho importante. Nós conversamos com a Celinha da Sinarab, de a gente se reunir novamente o grupo que já participava dessa discussão para tratar dessa temática e em Minas Gerais a gente conseguir estabelecer essa ação. Em São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, que são outros estados que reivindicam, e já pediram à SEPPIR que apresentasse essa ação e ajudasse nessa articulação, para efetivar. Nós apresentamos, para o nosso orçamento de 2009, como a SEPPIR não tem programa de voltado para os terreiros, nem para a indígenas, nem para ciganos, não há o orçamento para essa ação, que nós apresentamos para 2009, um pedido de recursos de cerca de 2 milhões de reais para as comunidades ciganas para as comunidades de terreiro e para as comunidades indígenas. Assim, tem mais sustentabilidade de tratar isso. No primeiro momento, foi aprovada parte do nosso orçamento. Agora, tem nova discussão. Vamos saber o se o recurso a acatar bem acatado e a SEPPIR terá melhores condições de atender esses outros estados que não foram contemplados, nesse primeiro momento de articulação, com emenda parlamentar e atender, ainda, evidentemente para reforçar essa política e nos estados. Efetivamente, para a política da comunidade e terreiros dar certo, é necessário ter essa articulação em dentro do governo, e há uma vontade muito grande dentro do Ministério do Desenvolvimento Social de ter uma política se consolidando, e ele tem nos ajudado bastante, tanto do ponto de vista de garantir a cesta básica de alimentos para os terreiros, e isso estabelece também uma maior articulação de apoderamento e de articulação política e nas comunidades, bem como a ação Fundação Cultural Palmares, que tem uma ação muito significativa, e a Secretaria de Direitos Humanos. É importante, também, envolver a Sociedade Civil e qual é a lógica e o norte para a gente trabalhar. A partir do reforço esse Grupo de Trabalho que trabalha com os Ministérios, estabelecer os grupos regionais. A SEPPIR realizou esse plano cinco encontros regionais com a articulação e da distribuição de cestas de

alimentos. No Rio Grande do Sul, em Pernambuco, no Rio de Janeiro e em Sergipe. Foram os estados em que nós conseguimos realizar esse encontro. A idéia é que a gente consiga, a partir desse encontro, construir e estabelecer esses grupos regionais para impulsionar a política para ter o controle social e para fazer com que, além do recurso federal, a gente consiga ampliar e ter o apoio dos recursos dos governos dos estados, como acontece com as comunidades Quilombolas, a partir do comitê gestor do Programa Brasil Quilombola nos estados, com suas políticas voltadas para os Quilombos, a partir dessa articulação. Essa é a idéia. Não é possível para a gente dizer que iria criar um programa de 2008 a 2011. Era um absurdo, praticamente em final de governo, criar um programa específico para terreiros. O importante era estabelecer uma forma articulada, criar uma situação para que essa ação se transformasse efetivamente em política. A partir disso, nós estamos trabalhando com o Programa Terreiros do Brasil, mas ainda com uma discussão conceitual. Algumas comunidades de matrizes religiosas africanas não se enquadram e não aceitam ser consideradas de terreiro. Exemplo: O grupo de umbanda disse que o conceito de terreiro não é amplo o suficiente para abrigar a comunidade de umbanda. Nem o segmento que cultua Xangô. Ele não tem o batuque. A gente precisa trabalhar isso mais amplamente para você ter uma condição. Evidentemente, o termo 'terreiro' é um termo que tem uma identidade forte, que é conhecido, mas a gente precisa trabalhar nisso com melhor qualidade, para atender a essa diversidade, que é a questão da religiosidade de matrizes africanas."

**Encaminhamentos gerais** – A próxima reunião foi agendada para os dias 11 e 12 de fevereiro de 2009. A agenda será enviada aos conselheiros por meio eletrônico. **Encerramento** – Encerrou-se a reunião às dezessete horas e trinta minutos. E eu, \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata, que dato e assino. Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR**  
**Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR**

**18ª Reunião Ordinária**  
**CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL- CNPIR**

**Data: 09/ 12/2008**

**Local: Auditório- Térreo - Bloco A- Esplanada dos Ministérios– Brasília-DF**

**Pauta**

**13:30h** Abertura da Reunião

- Leitura e aprovação da pauta
- Aprovação das ATAS anteriores

Coordenação: **Oraida Abreu**- Secretária- executiva/ CNPIR

**14:00h** Preparação para a reunião do FIPIR

**15:00h** Reunião do FIPIR

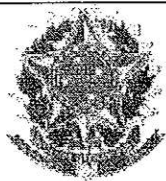
- Apresentação do FIPIR
- Papel do CNPIR-agenda compartilhada

Coordenação: **Maria do Carmo Ferreira da Silva**  
Coordenadora do FIPIR

**16300h** Coffee- break

**17:00 h** Encaminhamentos Gerais

**17:30 h** Encerramento



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPIIR**  
**Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR**

**18ª Reunião Ordinária**  
**Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR**

**Data:** 10 / 12/2008

**Local:** Auditório , Térreo- Bloco A- Esplanada dos Ministérios– Brasília-DF

**Pauta**

09:30 h 2ª Conferência Nacional- CONAPIR  
➤ Composição das Comissões

Composição das Comissões do CNPIR

Coordenação:

*Projeto  
Delegação Especial de 2008*

10:30h Projeto de pesquisa- Terreiros do Brasil  
➤ Apresentação  
**Ivonete Carvalho- Diretora/ SubCom**

11:15 h Tropas brasileiras no Haiti  
➤ MRE  
➤ Convidado

Coordenação: Eloi Ferreira de Araújo- Secretário- Adjunto

12: 30h Almoço

13:30 h Planejamento para 2009  
➤ Definição de temas prioritários

14:30 h Coffee- break

15:00 h Informes  
➤ *Arquivo 10/2008*  
➤ Encontro em S.Paulo  
➤ Seminário Embaixada USA  
➤ Seminário Durban  
➤ Encontro com os Movimentos Sociais  
➤ III Congresso exploração sexual

Coordenação:

16:30 h Encaminhamentos Gerais

17:30 h Encerramento





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR**  
**Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR**

**18ª Reunião Ordinária**  
**CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL- CNPIR**

**Data:** 09/ 12/2008

**Local:** Auditório- Térreo - Bloco A- Esplanada dos Ministérios– Brasília-DF

**Pauta**

**13:30h** Abertura da Reunião

- Leitura e aprovação da pauta
- Aprovação da ATA anterior

Coordenação: **Oraida Abreu**- Secretária- executiva/ CNPIR

**14:00h** Informes administrativos

**14:15 h** Agenda compartilhada com o FIPIR

**15:00h** II Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial- II CONAPIR

Apresentação: **Edson Santos**- **Ministro de Estado Chefe da SEPPIR**

Coordenação: **Eloi Ferreira de Araújo**- Secretário- Adjunto

**16:00 h** Sub-Secretaria de Ações Afirmativas- SubAA

- Atribuições do FIPIR
- Construção de Agenda Compartilhada com o CNPIR

Apresentação: **Giovanni Harvey**- Sub- Secretário de Ações Afirmativas

Coordenação: **Maria do Carmo Ferreira da Silva**  
Coordenadora do FIPIR

**16:45h** Coffee- break

**17:00 h** Proposta de Criação de Delegacias Especializadas em Crimes Étnicos- Raciais e Intolerâncias

Correlatas

Apresentação: **Carlos Moura**- Ouvidor

**17:30 h** Encaminhamentos Gerais

**18:00 h** Encerramento



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR**  
**Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR**

**18ª Reunião Ordinária**  
**Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial- CNPIR**

**Data:** 10 / 12/2008

**Local:** Auditório , Térreo- Bloco A- Esplanada dos Ministérios– Brasília-DF

**Pauta**

09:30 h Composição das Comissões (cont.)

- Comissões Permanentes do CNPIR
- Comissões da 2ª CONAPIR

Coordenação: **Sandra Cabral**- Chefe de Gabinete

10:00h As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 Anos Após a Abolição

- **Mário Theodoro** – Diretor de Cooperação e Desenvolvimento- IPEA

Coordenação: **Eloi Ferreira de Araújo**- Secretário- Adjunto

11:15h Projeto de Pesquisa- Terreiros do Brasil

- **Ivonete Carvalho**- Diretora- SubCom

12: 30h Almoço

14:00 h Planejamento para 2009

- Definição de temas prioritários
- Definição do calendário de reuniões

Coordenação: **Martvs das Chagas**- Sub- Secretário de Planejamento

15:00 h Informes/ Representações

- Encontro de Mulheres- S.Paulo
- Seminário Embaixada USA
- Seminário Durban
- Encontro com os Movimentos Sociais
- III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes
- Estatuto da Igualdade Racial

Coordenação: Secretária- Executiva

16:00 h Coffee- Break

16:30 h Encaminhamentos Gerais

17:30 h Encerramento